

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM OLHAR DOS ATORES ESCOLARES.

Iágrici Maria de Lima Maranhão¹

lima.iagrici@gmail.com

Luciana Rosa Marques²

lmarques66@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho insere-se no debate sobre a gestão democrática da educação mais especificamente, a gestão democrática escolar, tendo como objetivo compreender como esta vem se materializando no âmbito da escola através das ações do **Conselho Escolar**. Compreendemos a necessidade de investigações no âmbito da política pública para a gestão escolar, no sentido de compreender como esta interfere no que tange ao processo de qualidade da educação, assim como nos processos de materialização do exercício da democracia e da participação social. A metodologia se fundamenta na Teoria do Discurso, concebido como uma prática de mudança social, que concebe não apenas o discurso enquanto um mecanismo de comunicação, mas como promotor de mudanças sociais (FAIRCLOUGH, 2008). Para a coleta de dados foram realizados dois Grupos Focais com sujeitos de oito escolas da rede municipal do Jaboatão dos Guararapes, município escolhido por estar nos últimos anos, promovendo espaços de debate e inserção da comunidade nos processos deliberativos. Utilizaram-se, também, entrevistas informais, assim como analisamos documentos cedidos pela Secretaria de Educação. A análise dos dados indica que os Conselhos Escolares vêm se constituindo como um espaço de democracia e participação, mas que ainda existem entraves que precisam ser sanados para que possa de fato estar contribuindo com a materialização da gestão democrática. Apesar do trabalho que vem sendo desenvolvido no município do Jaboatão dos Guararapes para a materialização da gestão democrática escolar, entendemos que esse processo ainda está em construção. Dessa forma, compreendemos que para essa edificação ser consolidada será preciso um trabalho voltado para a construção de uma cultura democrática nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: participação, gestão democrática, Conselho Escolar.

Introdução

¹Doutoranda em Educação (PPGEdu/UFPE); Mestre em Educação (PPGEdu/UFPE); Especialista em Ed. Especial; Professora da rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes; Professora da Faculdade Anchieta do Recife.

² Pesquisa de Mestrado orientada pela Prof^a Dra. Luciana Rosa Marques (lmarques66@gmail.com) do Departamento de Administração Escolar e Políticas Educacionais (UFPE) e do Programa de Pós Graduação em Educação (UFPE) -

As mudanças no panorama social, que ocorreram ao longo dos tempos, ocasionaram transformações significativas, assim como trouxeram desafios para a educação. O sistema capitalista faz surgir, um novo padrão de acumulação consequência das reformas ocorridas no panorama econômico, o que, por sua vez, reorientaram a relação entre o Estado e a sociedade. Nesse novo panorama, os movimentos sociais emergem redefinindo suas práticas através de ações que auxiliassem na descoberta de identidades e do sentimento de pertencimento a um determinado grupo na construção de um projeto coletivo.

Mediante a necessidade de a escola atender às novas demandas, percebemos o redimensionamento do papel do Estado, o qual a partir da lógica neoliberal deveria ser o mínimo interventor, relacionando-se com a nova estrutura da escola, que passa a ser administrada com vias a uma gestão empresarial. Dentro desse quadro a escola passa a ser entendida como um insumo essencial ao crescimento mercadológico, sendo destacado o papel da escolarização básica dentro de um modelo de gestão mais participativa e compartilhada.

Mas de que participação e de que tipo de gestão estamos falando? A gestão, e nesse caso pontuamos que também a gestão educacional, assume um significado que vai além de ação ou efeito de gerir; gerência; administração. Mediante a investigação da etimologia da Assim, entendemos que a gestão é algo que implica o sujeito na medida em que este precisa estar comprometido com as ações de gerir. A partir disto, surge a necessidade de investigar a construção da gestão democrática no município do Jaboatão dos Guararapes, da Região Metropolitana do Recife (PE), levando-se em conta as mudanças que ali ocorrem desde o último processo eleitoral para Gestor Municipal, assim como compreendemos que há muito que se refletir sobre a gestão democrática da educação/ gestão escolar de forma que este artigo sintetiza a análise frente a visão dos sujeitos e seus entendimentos sobre a gestão democrática da escola, assim como suas compreensões acerca do Conselho Escolar.

O estudo empírico foi realizado através de Grupo Focais, nos quais participaram dezesseis **(16)** conselheiros de escolas de diferentes segmentos, dois **(02)** representantes da secretaria de educação e dois **(02)** pais de alunos de escolas. Segundo Gatti (2005) a pesquisa com grupos focais tem como principal objetivo alcançar, mediante as trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos,

atitudes, crenças, experiências e reações, de um modo que não seria possível com outros métodos.

Assim, apontamos aqui a importância do processo de criação e do desenvolvimento de ações de um órgão que inclui todos os demais sujeitos atores da escola em projetos que digam respeito à dinâmica e papel que esta instituição desenvolve na sociedade.

O Conselho de Escola e a gestão democrática da escola pública: o que apontam os Grupos Focais.

Buscando perceber as concepções dos atores sobre a constituição do Conselho Escolar e sua contribuição para a materialização da gestão democrática, realizamos dois (02) grupos focais em um espaço cedido pela própria secretaria de Educação. Segundo a orientação de Gatti (2005), os grupos focais deveriam ser formados levando-se em conta aspectos em comum entre os sujeitos, de maneira que compusermos um primeiro de gestor, professor e funcionário (onde tomamos como ponto em comum a escolaridade) e o segundo composto por pais, alunos e representantes da sociedade civil (elencando como ponto em comum o fato de que nenhum dos sujeitos são do corpo técnico-administrativo-pedagógico)

Encontramos uma diversidade de entendimento e compreensão nas respostas, de forma que a maioria dos sujeitos apontam o Conselho Escolar (CE) como ***um espaço onde as pessoas da escola se reúnem para discutir sobre tudo, “até mesmo”, sobre o destino que será dado as verbas.*** O termo ***até mesmo***, nesta fala, foi utilizado por um dos conselheiros representante dos professores e nos indica uma compreensão diferente desse representante sobre o Conselho Escolar, que remete a uma visão de um órgão que reflete e delibera sobre diversos assuntos ***até mesmo*** sobre o destino dado as verbas e isso nos aponta uma visão diferenciada que alguns sujeitos expressam sobre as possibilidades de trabalho do Conselho.

Ainda sobre esse nosso primeiro questionamento, a fala de uma Gestora demonstrou uma visão que aponta a dificuldade de enfrentar o entendimento do CE como um espaço destinado apenas à resolução das questões financeiras da escola. A sua fala apresenta pontos relevantes a medida que aponta que o *“a dificuldade de participação do sujeitos no colegiado e que quando o fazem, entram quase que por*

pressão, colocando o Conselho Escolar a mercê de pensamentos que limitam a funcionalidade do órgão” (Direrota – G1).

A fala da diretora nos remete a importância de modificar a visão sobre o aspecto financeiro enquanto função principal do Colegiado, tendo em vista que a participação para deliberação pode voltar seu olhar a outros elementos da escola.³

O segundo grupo focal apresenta diferenças em relação ao do grupo anterior, quando os sujeitos (atentando para o fato de este segundo grupo ser o de pais, representantes da sociedade e alunos) questionados sobre o que é o Colegiado Escolar afirmam que *“é um espaço onde podemos encontrar a solução para aqueles problemas que ninguém mais pode resolver (Representante dos pais – G2)*

O discurso apresentado acima, arrolado ao do grupo anterior, nos indica que o Conselho tem diversas conotações e isso se deve ao fato da diversidade que cada sujeito – independente de seu nível cultural ou de escolaridade - traz de suas vivências, de suas experiências e das próprias impressões que adquirem ao participar dos mecanismos de democratização da gestão. Contudo, uma fala do representante dos alunos nos remete a uma questão preocupante ao colocar que *“quando estamos com problemas com notas, os professores se reúnem para resolver a nossa situação” (Representante dos alunos – G2).*

De forma contrária ao primeiro grupo focal os componentes do segundo conjunto, percebem o Conselho Escolar não apenas como um instrumento financeiro da escola, apesar de compreenderem que os colegiados também abarcam essa função. Porém o que mais nos chamou atenção foi à visão dos conselheiros sobre a capacidade que a diretora tem em perceber todas as necessidades da escola, ***“mais que qualquer outro representante do colegiado”*** mantendo centralização das decisões na pessoa do diretor, contrariando o ideal de democracia na gestão.

Sobre isso, Gomes e Andrade (2009, p. 87) ressaltam que o colegiado escolar se constitui em um espaço dialógico onde o exercício do poder se dá através dos conflitos e procedimentos de controle que se utiliza de um discurso “diário e visceral” legitimador da democracia escolar e a necessidade de um projeto coletivo,

³ Outras falas podem apontar a importância do Conselho enquanto órgão de gestão da escola. Muitas são as impressões levantadas durante os grupos focais e que poderiam retratar a visão tanto relacionada ao processo democrático através do Conselho, quanto à associação do órgão às atividades financeiras, o que nos indica que há uma subjetividade no que tange à compreensão sobre o funcionamento do órgão.

mas que, no entanto apesar dessa dinâmica, conseguem continuar mascarando o jogo de poder e exclusão que ainda existe dentro dos Conselhos.

Considerações Finais

Ao analisarmos o discurso dos sujeitos sobre os Conselhos Escolares percebemos que a maioria das falas evidencia a percepção de que a principal atividade do Colegiado é a gestão financeira. Dessa forma, entendemos que alguns sujeitos percebem o Conselho não como um espaço democrático de discussão, reflexão e tomada de decisões, mas sim como instância responsável pelas questões financeiras.

A esse respeito, observamos uma disparidade entre os discursos de alguns sujeitos e os que se materializam nas leis, levando-se em conta a maior parte dos participantes dos grupos focais entendem as funções e responsabilidades do Conselho, participam das formações, mas não questionam o direcionamento das ações do colegiado ao aspecto financeiro.

A nosso ver esse comportamento origina-se do sentimento de apatia, já trabalhado anteriormente por nós como um empecilho ao exercício dos Conselhos. Esse desinteresse ocasiona uma desarticulação entre as instâncias responsáveis pelo sistema de ensino e conseqüentemente gera um “círculo vicioso” de ações individualistas e voltadas para interesses próprios.

Por isso, compreendemos que a falta de mobilização nas escolas e o desinteresse dentro do próprio órgão colegiado decorre da falta de diálogo entre os sujeitos de um modo geral.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. Coordenadora da tradução – Izabel Magalhães.

GATTI, Bernadete A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação. São Paulo: Liber Livros. 2005.

GOMES, Alfredo Macedo; ANDRADE, Edson Francisco. O discurso da Gestão Escolar Democrática: o Conselho Escolar em foco. **Educação e Realidade** 34(1): 83-102 – jan/abr. 2009.

